

Imigração Italiana e Religião: A Criação de um Imaginário da Cultura do Trabalho Peculiar no Espírito Santo¹

Flavia Salles Nunes Pereira, João Gualberto Moreira Vasconcellos
e Ricardo Roberto Behr

Resumo

O objetivo central deste artigo é compreender o papel desempenhado pela Igreja Católica na elaboração do modelo de imigrante ideal que poderia ser instrumentalizado para ampliar e consolidar a religião, buscando entender como se deu o processo de formação de uma cultura do trabalho peculiar nas cidades capixabas colonizadas por imigrantes italianos. Trata-se de um estudo teórico reflexivo, construído com base na leitura crítica em obras literárias, acadêmicas e em estudos científicos, tendo como ponto de partida a dissertação de Mestrado: *Ética Católica e Cultura do Trabalho: Uma Reflexão sobre a Imigração Italiana no Estado do Espírito Santo* (SALLES, 2011). Constatou-se, por meio das diferentes fontes de pesquisas, que a imigração estrangeira para o Brasil, e especificamente para o Espírito Santo, estava apoiada simbolicamente na possibilidade de ascensão do trabalhador à condição de proprietário da terra, e que o imigrante italiano foi o agente humano da realização da ideologia da transformação do trabalhador em proprietário, moldado, nesse processo, pela atuação da Igreja Católica com fundamentos ultramontanos.

Palavras-chave

Imigração. Cultura do Trabalho. Espírito Santo (Estado). Igreja Católica. Italianos.

Abstract

The main objective of this article is to understand the role played by the Catholic Church in the elaboration of an ideal immigrant model that could be used to expand and consolidate religion, trying to understand how the process of formation of a peculiar work culture took place in some cities in the state of Espírito Santo (Brazil) colonized by Italian immigrants. It is a reflexive theoretical study, based on critical reading in literary, academic and scientific studies, starting with the Master's thesis: *Catholic Ethics and Work Culture: A Reflection upon Italian Immigration in the State of Espírito Santo*

(SALLES, 2011). It was found through the different sources of research that foreign immigration to Brazil and specifically to Espírito Santo was symbolically supported by the possibility of the worker's ascension to a landowner status, and that the Italian immigrant was the human agent of the realization of the ideology of the transformation of the worker into proprietor, molded in that process by the action of the Catholic Church with ultramontane foundations.

Keywords Immigration. Work Culture; Espírito Santo (State). Catholic Church. Italians.

O CATOLICISMO DE IMIGRAÇÃO

O fenômeno da imigração foi acompanhado de importantes incidências da religião nos campos racial, ideológico, cultural, das relações de trabalho e economia brasileira. Além da entrada do grande contingente de europeus em solo nacional, o povo também foi afetado pela chegada de uma tradição católica, diferente da que foi introduzida pela colonização portuguesa.

Realizando um breve resumo histórico, Azzi (1993) faz lembrar que, quando os portugueses iniciaram a colonização do Brasil em 1500, o território era ocupado por nações indígenas que possuíam costumes, tradições, organização política e social, impregnados pelo universo religioso expresso por meio dos mais diversos rituais. À medida que os negros africanos foram sendo introduzidos como mão de obra escrava nas lavouras de cana-de-açúcar e em outras atividades econômicas, também trouxeram de suas regiões de origem as crenças religiosas que ocupavam lugar de grande primazia nas organizações político-sociais e nas tradições culturais. No entanto, indiferente à presença anterior das religiões indígenas e às novas crenças trazidas pelos negros africanos, o governo português determinou, desde o início da formação da colônia, que a única religião oficial e professada seria a de fé católica, pois o projeto missionário da Igreja fazia parte do escopo do plano de expansão e dominação colonial lusitana. Igreja entendida aqui nas duas vertentes explicadas por Manoel (2013), tanto no sentido de *Ekklesia*, uma reunião de fiéis, como também numa interpretação mais eclesial: uma instituição hierarquizada.

Porém, as fortes vertentes da religião indígena e africana influenciaram de modo singular a sociedade, de modo que a fusão de diferentes cultos e doutrinas religiosas com reinterpretção dos seus elementos deu origem ao que se denomina de catolicismo luso-brasileiro, ou que Santos (2009) nomeia como catolicismo popular: leigo e ritualístico, quando comparado com o catolicismo oficial, representado por um clero diminuto auxiliado por congregações religiosas estrangeiras.

A Reforma do Catolicismo Luso-Brasileiro

Durante o século XIX, a história do Brasil foi marcada por um período típico de europeização, iniciado com a vinda da família real e estabelecimento da corte portuguesa no Rio de Janeiro, ocorrendo em seguida a abertura dos portos e a vinda de muitos cientistas e visitantes europeus. Azzi (1993) informa que, nesta época, também se estabeleceu no Brasil a Nunciatura Apostólica (espécie de missão diplomática da Santa Sé equivalente a uma embaixada) como forma de estreitamento do episcopado brasileiro com a Cúria Romana e gradativa independência em relação à Coroa Imperial, já que, na Colônia, era exercido o regime de Padroado, o qual consistia na administração e organização da Igreja Católica pelo rei – este, além das atividades político-administrativas, também era responsável pela dimensão religiosa.

O autor explica que esse movimento designado como a romanização da Igreja do Brasil teve como uma das consequências mais marcantes do período a decisão do episcopado nacional de reformar o catolicismo luso-brasileiro, imprimindo-lhe as marcas e características do catolicismo romano, adequando o modelo tradicional de fé vivenciado pelo povo brasileiro aos novos padrões exigidos pela autoridade pontifícia, dando origem ao catolicismo romanizado mesmo que de forma tardia, já no século XIX. Nessa tarefa reformista, o episcopado contou com a contribuição de diversos institutos religiosos europeus que passaram a se estabelecer no território brasileiro e a exercer influência sobre a população, sendo importante ressaltar que a reforma veio satisfazer em grande parte as exigências religiosas e sociais das classes dominantes, principalmente nos centros urbanos. Manoel (2013) defende que toda religião necessariamente precisa ser tradicionalista, porque se constitui de elementos conservadores da tradição, porque deve preservá-los. E que uma religião que não preserva suas tradições deixa de existir, inclusive o catolicismo romano.

Em Azzi (1993), também se lê que, simultaneamente ao movimento de reforma do episcopado, foi introduzido, em outras áreas do Brasil pelos próprios imigrantes, o catolicismo de inspiração tridentina designado como *catolicismo de imigração*, pois era o já vivido pelos colonos em suas regiões de origem, trazido por eles em sua migração para o Brasil como parte constitutiva da própria identidade cultural, sendo estabelecido, sobretudo, em áreas de baixa densidade demográfica. Porém, tanto o catolicismo romanizado como o catolicismo de imigração apoiaram-se nos mesmos fundamentos da doutrina elaborada pelo Concílio de Trento e reforçada pela perspectiva ultramontana do Concílio do Vaticano I: “essa forma histórica do catolicismo se delineou pelo reconhecimento do Papa como autoridade espiritual total, pela visão teocrática, pela ênfase no aspecto sobrenatural e devocional, pela clericalização e sacramentalização das práticas religiosas” (AQUINO, 2011, p. 219).

Pode-se então dizer que a fé inspirada em Trento constituiu a característica principal da religião praticada pelos colonos italianos, alemães e poloneses de fé católica, aqui estabelecidos e, conseqüentemente, de seus descendentes:

No **ultramontanismo**, a Igreja manifestava-se claramente contra a concepção de mundo moderno, de liberdade, de educação, de Estado e da forma de

governo, empreendidos pelo pensamento liberal, e, por isso, negava-se a qualquer tipo de diálogo, adotando uma posição intransigente ante a nova ordem mundial, implementada pelo capitalismo. Ao mesmo tempo, ela buscava uma remoralização, recristianização, em suma, uma clericalização da sociedade a partir do monopólio do sagrado manifesto na ênfase dada aos sacramentos e a determinadas piedades como as do Sagrado Coração de Jesus e de Maria, ao modelo familiar católico, encontrado na Sagrada Família.

Já a **romanização** caracteriza-se especialmente pelo legalismo, pela institucionalização do sagrado, pelo fortalecimento da hierarquia, sobretudo ao atrelar toda a Igreja ao Papa, que é infalível desde o Concílio Vaticano I, formulando leis a serem seguidas pelos fiéis e pelos padres (SOUZA, 2000, p. 75 e 76, grifo nosso).

O Preconceito da Superioridade Cultural e Religiosa

Azzi (1993) relembra que, em todos os projetos de colonização por meio da imigração europeia, estava intrínseca a tese da superioridade da raça europeia sobre a população nativa e que essa tese era divulgada abertamente por cientistas e viajantes europeus que percorreram o país ao longo do século XIX, sendo que alguns enfatizavam em suas obras não só a inferioridade da raça como também criticavam a decadência religiosa e moral da sociedade, resultante da miscigenação racial, e pregavam enfaticamente o valor dos europeus e a necessidade de que impusessem sua superioridade no solo brasileiro, sendo esta a condição indispensável para o desenvolvimento do país.

A imigração europeia, por motivações sociopolíticas, contribuiu também para a entrada de muitos padres, freiras, freis, frades de várias congregações religiosas femininas e masculinas para atuar junto aos imigrantes, às paróquias, aos hospitais e escolas. Os seminários multiplicaram-se, seminaristas e padres foram enviados para estudo no Colégio Pio Latino-Americano de Roma, e, em 1905, o Brasil foi agraciado com um cardeal, D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti (1850-1930), o primeiro cardeal do Brasil e da América Latina (AQUINO, 2011, p. 219).

Embora os imigrantes fossem, em sua imensa maioria, provenientes de áreas rurais, em grande parte analfabetos e tendo vivido na Europa em situação de pobreza e marginalização social, mantiveram em geral bastante arraigado o preconceito da superioridade europeia, pois não apenas se consideravam como trabalhadores mais laboriosos e de maior qualificação profissional que os brasileiros, como também julgavam a sua prática da fé católica como mais autêntica do que a dos nativos. O autor chama atenção para o fato de que o conceito de superioridade cultural e religiosa, típico do projeto de expansão colonialista europeu, era alimentado em grande parte pelos próprios missionários que os acompanhavam com a finalidade de oferecer a necessária assistência religiosa no processo de transição de pátria.

A organização do espaço religioso – construção da igreja e presença do padre – era considerada fundamental no processo de constituição da localidade, sendo esse um direito que os imigrantes acreditavam possuir.

[...] Quando se referiam ao atendimento dispensado à comunidade por um “sacerdote brasileiro”, reclamaram alegando que esse somente realizava batizados e matrimônios. Assim, entendiam que as atividades religiosas ficavam prejudicadas pelo fato de não poderem cumprir os sacramentos da confissão e comunhão, ressaltando a necessidade de um padre que atendesse aos seus costumes de imigrantes “italianos e católicos”. O desejo pelo atendimento espiritual por sacerdotes que tivessem vindo da Itália, sendo esses conhecedores dos costumes religiosos dos imigrantes, era apresentado como indispensável (VENDRAMEA; ZANINI, 2014, p. 138-139).

De acordo com Azzi (1993), o processo de implantação do catolicismo de imigração foi feito em duas fases sucessivas: na primeira, foi promovida pelos próprios colonos no momento de fixação ao solo; e na segunda, foi organizada por múltiplos clérigos vindos da Europa. Assim, pode-se dizer que a fase inicial foi mais leiga e em seguida houve uma etapa predominantemente clerical no processo de manutenção da fé católica entre os imigrantes. O autor ressalta ainda que, na maior parte dos casos, a vinda dos sacerdotes foi solicitada com insistência pelos próprios colonos, pois estavam habituados em seus países de origem a uma prática religiosa totalmente vinculada à presença clerical, ao contrário do que acontecia no catolicismo luso-brasileiro, no qual era comum que muitas cerimônias fossem realizadas por membros da comunidade: “Fazia parte da reforma da Igreja cuidar com mais rigor dos rumos do credo católico, até então mais leigo que clerical, pois o catolicismo ficava mais sob responsabilidade dos fiéis, o que escapava da doutrina do catolicismo oficial” (SANTOS, 2009, p. 348).

Por isso que, nessas cristandades estabelecidas nas regiões de imigração europeia, sobretudo nas colônias do Sul do país e do Espírito Santo, a autoridade do padre era indiscutível, dado o caráter ultramontano do catolicismo de imigração: seja pela escolha do local para a construção da igreja; seja na determinação do seu padroeiro; ou pela determinação das normas de conduta e da prática religiosa, conforme se exemplifica na transcrição de dois depoimentos retirados do livro *Memórias Camponesas*. O primeiro de Pedro Altoé, lembrando-se do tempo de vivência com os avós que vieram da Itália, e o segundo do Bispo Nilo Bragatto, em recordação dos pais que eram italianos:

Acho que a religião sempre foi o que manteve a comunidade unida. Acho que essa religiosidade não era tanto por questões religiosas não, era por alienação. Eu digo alienação porque, por exemplo, eles tinham o padre como se fosse um ser superior, o que o padre falasse, todo mundo ouvia, todo mundo acreditava. Olha, os italianos entraram todos no integralismo porque falava em Deus. O lema deles era “Deus, Pátria e Família”, e como falava em Deus, pra eles tinha religião no meio (LAZARRO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992, p. 56).

É bom que se diga que eles praticavam uma religião um pouco inconsciente às vezes, aceitando muito o que vinha de cima. Por exemplo, se o padre mandasse eles pulá num buraco era capaiz deles pulá. Confiava plenamente na pessoa do padre. Agora, fazia com que eles se respeitasse. A religião sempre foi um meio de respeito, né. Às vezes até com um pouco de alienação, porque acrescentava

muita coisa em cima do que foi pregado por Jesus Cristo (LAZZARRO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992, p. 118).

Azzi (1993) também cita que um aspecto importante nesse período era a construção dos campanários com sinos em geral importados da Europa, pois se demonstrava assim uma expressão de bem estar econômico da localidade, embora ainda tivesse características profundamente agrárias.

Catolicismo Luso-Brasileiro x Catolicismo de Imigração

Enquanto no catolicismo luso-brasileiro a concepção da ideia de salvação eterna estava praticamente vinculada à pertença ao Estado, por meio da oficialização do ato de batismo, no catolicismo de imigração, a salvação deveria ser garantida mediante a recepção frequente da confissão e da comunhão, sacramentos necessários para a conservação da graça de Deus, tornando assim o padre como o instrumento de salvação para os fiéis, uma vez que, sem a mediação clerical, a salvação seria impossível (AZZI, 1993). Para exemplificar o grau de mitificação da figura do padre, sobretudo nas áreas de colonização italiana, Azzi menciona que os moradores escreviam cartas constantes para a Itália solicitando o envio de sacerdotes, descrevendo de forma dramática a situação em que viviam, por verem seus filhos sendo criados como “bichos”, ou seja, sem instrução religiosa, e os membros da família morrerem como “cães”, por falta da presença do padre em seu leito de morte.

Sobre essa questão, Souza (2000) evidencia que não se deve esquecer que havia um certo preconceito quanto aos padres nativos, preferindo então o Vaticano enviar poucos, mas continuamente, membros do clero europeu para a sociedade brasileira; e que quando não o fazia, a formação de novos padres ficava sobre a responsabilidade das congregações romanizadas e ultramontanas, sendo o filho do imigrante o alvo dessas instituições, pois também havia o preconceito de que o brasileiro não servia para ser padre. Dessa forma, a maioria das famílias das áreas de imigração orgulhava-se de enviar um ou mais de seus filhos para os institutos religiosos. Grosselli (2008) corrobora o raciocínio, informando que, nos locais onde havia padres bem aceitos pelos imigrantes italianos, a influência dos cléricos foi decisiva para o desenvolvimento das comunidades, tanto em termos de reorganização moral como política.

Segundo Azzi (1993), enquanto as ordens religiosas do período de colonização portuguesa pregavam a teologia do desapego com ênfase na importância da contemplação e da oração, os institutos religiosos do catolicismo de imigração ressaltavam as virtudes e os méritos do trabalho agrícola, afirmando que, na área rural, os homens se encontravam mais perto de Deus, e assim com possibilidades maiores de alcançar a prosperidade espiritual e material, o que correspondia aos interesses e necessidades dos próprios colonos, para os quais o cultivo da terra significava mais do que garantia da sobrevivência, a realização de um sonho nunca antes realizado em suas pátrias de origem.

O autor completa sua narrativa explicando que, na perspectiva dos religiosos do catolicismo de imigração, o trabalho assíduo era considerado um importante instrumento para que o

ser humano pudesse fugir da ociosidade, a qual consideravam como a fonte das tentações e de todos os males da perdição, pensamento facilmente assimilado pelos colonos que tinham no trabalho a condição fundamental para sua permanência na nova terra. Esses religiosos apresentavam a vida no campo como a expressão da morigeração e da simplicidade, em contraposição ao luxo e desperdício dos centros urbanos. Assim, para os colonos, a economia e parcimônia nas diversas situações da vida constituía uma exigência a fim de garantir uma vida melhor para a família e para seus descendentes.

É importante ressaltar que Grosselli (2008) faz-nos lembrar do espírito devotado ao cultivo das terras que os camponeses europeus demonstraram, como resultado da vontade de livrar-se da situação econômica miserável e de proporcionar aos descendentes um futuro mais tranquilo como proprietários; que o imigrante trouxe para o país um novo modo de ser, pois um dos apoios centrais de sua cultura era a ética do trabalho: “compreendido não apenas como necessidade, mas como método de auto-realização [sic], como um valor em si que se coligava à sua fome atávica de terra e ao seu medo da fome e das dificuldades” (GROSSELLI, 2008, p. 361). Concluindo que o cultivo do café em terras brasileiras foi o meio pelo qual o imigrante expressou seu desejo de crescimento, não tanto na escala social, mas na das necessidades:

Assim, a emigração era uma questão de sobrevivência para as famílias italianas. A depressão agrícola que provocou a falta de alimentos também contribuiu para a falta de dinheiro e o aumento dos impostos. A opção pela migração estava sendo mais atraente que continuar na própria terra (NICOLI; GENOVEZ; SIQUEIRA, 2013, p. 377).

Dessa forma, entende-se que a imigração estrangeira para o Brasil, e especificamente para o Espírito Santo, estava apoiada simbolicamente na possibilidade de ascensão do trabalhador à condição de proprietário da terra. Pois o sistema de escravismo causou um descompasso entre a reprodução da força de trabalho e a expansão do sistema econômico que conduziu ao estrangulamento da economia colonial, exigindo a criação de um mercado de trabalho que atendesse aos interesses capitalistas em desenvolvimento.

A Dimensão Socio-Econômica do Catolicismo de Imigração

Conforme já mencionado, o apego à vida rural foi bastante reforçado pela atuação dos sacerdotes do catolicismo de imigração, os quais denunciavam a vida urbana como expressão de vaidade e do luxo, com predomínio dos vícios da imoralidade, condicionando dessa forma a preservação da fé à permanência e valorização da sociedade rural. E exatamente por este caráter rural no qual estava inserida a prática religiosa das áreas de imigração é que as capelas e igrejas tornaram-se um elemento fundamental para a vida dos colonos, os quais as construíam em geral no regime de multirão de colaboração de toda a comunidade. Entretanto, Azzi (1993) destaca que é preciso refletir que essas iniciativas dos colonos na esfera religiosa eram também estimuladas por razões de ordem social e econômica, pois se a construção de um templo era motivo de orgulho para os moradores, o edifício religioso

trazia ainda outros benefícios para o lugar, como a valorização das propriedades e terras situadas em sua proximidade, dando maior garantia de fixação das pessoas naquela área, bem como de um futuro desenvolvimento do povoado em formação.

Outra evidência da influência da religião no desenvolvimento local é que, em muitos casos, a liderança clerical foi significativa para o desenvolvimento econômico da região, obtendo junto às representações políticas e da sociedade, melhores vias de comunicação e mecanismos mais adequados para a comercialização dos excedentes agrícolas, como a organização de cooperativas agrícolas. Como exemplo, recorre-se à figura do Padre Cleto Caliman, apresentado por Caliman (2012) como um dos principais atores da manutenção dos traços de tradição ao lado da modernidade, na cidade de Venda Nova do Imigrante/ES, sendo identificado como grande propulsor do desenvolvimento local. Em outra obra, Caliman (2009) também descreve a personalidade atenta que o sacerdote possuía às inovações, o carisma de sua liderança e a boa articulação que mantinha com políticos e empresários estaduais e nacionais que contribuíram para o desenvolvimento e atração de investimentos em Venda Nova, conforme se constata na transcrição do depoimento colhido na obra:

Hoje nós não temos mais essa liderança como a do Padre Cleto. Acho que esse papel se reverte hoje para o poder público. Quando Padre Cleto era essa liderança, nós pertencíamos ao município de Castelo e, depois a Conceição do Castelo, então toda a liderança política, de empreendedorismo e de desenvolvimento passavam pela questão religiosa. Se você for ver na história, o dízimo correspondia ao imposto que se tem hoje. Porque todos os serviços públicos eram feitos pela Igreja. O dízimo era para isso. Então a Igreja tinha essa função, Padre Cleto teve essa função de desenvolvimento, de se preocupar com telefonia, correios, hospital, era coisa ligada à Igreja, vinha também de forma política, com recursos, mas tinha muito a ver com religião, com a articulação da Igreja (CALIMAN, 2009, p. 68).

Azzi (1993) enfatiza que os estímulos à vida sacramental nas colônias de imigração não eram motivadas apenas por razões de fé, mas que envolviam simultaneamente aspectos sociais e econômicos, pois tanto a figura do padre quanto da freira eram tidas em grande prestígio entre os colonos (pelo preconceito explicado, de que o brasileiro não servia para ser padre), o que estimulava tanto a decisão pessoal dos jovens quanto o apoio dos pais, uma vez que, principalmente nas primeiras décadas de existência, as colônias viviam em condições muito precárias e, nesse contexto, os seminários e institutos religiosos representavam uma alternativa atraente para o aperfeiçoamento intelectual por meio da educação e instrução superior, o que assegurava *status* local e remuneração garantida após o período de formação, como se nota na interessante transcrição do depoimento do Padre Cleto Caliman no livro *Memórias Camponesas*:

Meu avô materno veio aí para o alto da Sapucaia, num lugar denominado Fortaleza, em 1895 e meu pai, solteiro, veio para Venda Nova em 1908. Meu pai dizia que daqui até lá no alto onde eles moravam era uma estrada horrível, mata fechada, barro, uma coisa impressionante.

Nós eramos em 16 irmãos. Morreu um casal. Eu fui o primeiro aluno de Venda Nova a sair para estudar. Eu, o Marcelino Falchetto e o Geremias Caliman. Nós fomos estudar com os Salesianos em Jaciguá [...]

[...] Lá nós ficamos 4 anos estudando. Eu e o Marcelino. O Geremias caiu fora. Depois de 4 anos o Marcelino voltou para casa e eu falei para o meu pai que eu queria ser padre. E meu pai queria mais mais do que eu ainda. E aqui era assim, ou você ia ser padre, ou freira, ou ia pro cabo da enxada.

Quando eu fiz 25 anos de padre, o deputado Dirceu Cardoso leu na igreja o nome de todos os padres que estavam no seminário. Ou eram padres ou eram freiras, e eram mais de 200. Logicamente a maioria não aguentou e voltou para casa. Mas hoje nós temos mais de 60 irmãs e 20 e poucos padres, irmãos maristas. Em relação a população de Venda Nova é um número muito elevado (LAZARRO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992, p. 200).

Autores diversos como Colbari (1998), Grosselli (2008), Pandolfi (2012) e Vasconcellos (2012) concordam com a tese de que o sustentáculo mais importante na vida dos primeiros imigrantes italianos não foi nem a cultura, nem a língua pátria, e sim a religião: “A presença do padre parecia ajudar a atenuar os desconfortos e a vida difícil que os imigrantes levavam. Sendo o lugar de encontro para esses ítalo-brasileiros, a igreja desempenhava o papel de instituição social” (PANDOLFI, 2012, p. 101). Como também se pode observar na continuação da narrativa do Padre Cleto Caliman:

Eu acredito que a grande quantidade de religiosos que saiu daqui, não foi por pressão da família, não foi por questão da divisão de terras, não foi por nada disso. Foi devido ao espírito profundamente religioso e de respeito ao sacerdócio que eles trouxeram da Itália. Então o padre, para eles, era uma coisa de muita importância. Eu sentia isso quando era criança. E esse espírito religioso era traduzido na vontade de ter um filho padre ou uma filha freira [...].

A religiosidade dos imigrantes eu diria até que é uma fé um tanto primitiva, mais profunda. Então essa fé os conservou, de modo que eles não saíram da estrada. Inclusive havia até muito rigor por parte deles em relação aos filhos. Mas essa grande fé que eles tinham foi o que os manteve unidos em meio a essas florestas do Espírito Santo. Tudo isso fruto de uma época e de uma tradição que eles trouxeram da Itália, e conservaram (LAZARRO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992, p. 200).

Enquanto o catolicismo romanizado atuou sobre a vida religiosa do povo brasileiro nas áreas urbanas com um elemento exterior à sua cultura como um instrumento importante para a europeização da nação, nas regiões de colonização, o catolicismo de imigração fazia parte integrante da vida dos colonos ali estabelecidos, possibilitando a manutenção da cultura de origem, impedindo ou retardando ao máximo a sua integração na sociedade brasileira. Lembrando que a principal motivação para a preservação da identidade cultural dos colonos europeus era a crença de que a manutenção da fé entre os imigrantes estava necessariamente associada aos costumes e tradições de suas regiões de origem e que, na medida em que os

colonos começassem a perder as suas características europeias, perderiam, em consequência, sua fé ultramontana. Percebe-se então que essa análise trazia intrínseca o preconceito ideológico de natureza colonialista de que a cultura e a religião católica europeias eram superiores às dos países considerados como periféricos.

AMBIVALÊNCIAS NA IMIGRAÇÃO ITALIANA

Quando se fala da imigração estrangeira para o Brasil, pode-se dizer que predomina um aspecto simplificador que reduz uma história dramática a uma epopeia de ascensão social que não houve para uma grande maioria dos imigrantes. Martins (2003, p. 93) conta que o senador e ministro da Agricultura, Antônio da Silva Prado, um dos grandes idealizadores do modelo adotado para a extinção da escravidão no Brasil, explicava no Senado em 1888, no momento em que se desencadeava a chamada Grande Imigração, que se o imigrante fosse “morigerado, sóbrio e laborioso” teria então, legítimo acesso à condição de proprietário de terra. O autor chama atenção para o fato de que compreender o porquê que esse senador, figura política de destaque do Império e da República, grande fazendeiro de café e moderno empresário industrial, estava preocupado em definir o modo como o imigrante se tornaria proprietário de terra e realizaria um suposto ideal de ascensão social, é a chave para se compreender adequadamente o que foi a imigração estrangeira para o país.

Nos capítulos 2 e 3 de Salles (2011), entende-se que o debate no Parlamento do Império sobre a necessidade do fim da escravidão no país aconteceu menos por generosidade ou como resultado de uma consciência do negro sobre o que a escravidão significava, e sim, muito mais como resultado do desenvolvimento e internacionalização do capitalismo que dependia da ampliação do mercado consumidor, representando então o trabalho compulsório um grande obstáculo. Era necessário transformar o trabalhador em consumidor livre, ou seja, transformá-lo em assalariado para aumentar o fluxo de renda e viabilizar a circulação de mercadorias e dinheiro sob a forma de lucro. Porém, quem pagaria aos proprietários de escravos pela liberdade de pessoas nas quais investiram grandes somas de capitais? Dada a complexidade da questão, mesmo com as pressões da Inglaterra – o principal país capitalista da época – o Brasil conseguiu protelar o fim da escravidão por meio século, só terminando quando todas as suas possibilidades de permanência estavam esgotadas.

Os fazendeiros garantiam suas margens de lucros e preços competitivos no mercado internacional por meio do trabalho compulsório vinculado à grande propriedade. O regime de sesmarias – concessão do uso da terra por parte do rei – permanecia, pois dependia apenas do pagamento de tributos resultantes da produção e não da necessidade da sua compra. Assim, na maior parte dos casos, não havia compra de terras e, sim, a simples ocupação, a qual era legalizada posteriormente pela solicitação à autoridade competente. Como a terra ainda não era equivalente de mercadoria, era o seu uso que gerava direitos e, como escravos não podiam ser donos de nada, pois não tinham *status* jurídico de sujeitos de direito, a terra permanecia livre, porque o trabalho era cativo e o escravo mercadoria de hipoteca bancária.

Martins (2003) lembra que a questão que preocupava era: se os escravos fossem livres e

pudessem ocupar as terras, quem iria trabalhar para os fazendeiros? E, da mesma forma, se pensava em relação aos imigrantes europeus, pois sendo juridicamente livres, se chegassem ao país e ainda existisse o sistema de liberdade de ocupação da terra, quais estímulos teriam para trabalhar na grande lavoura? Por isso que, praticamente na mesma ocasião em que se proibiu o tráfico negreiro em 1850, também se aprovou a Lei de Terras, estabelecendo que a terra não poderia ser ocupada por outro meio que não fosse o de compra.

Dessa forma, o imigrante só poderia se tornar proprietário de terra e ascender socialmente se trabalhasse antes para os grandes fazendeiros ou governos locais. E era isso que Antônio da Silva Prado queria dizer quando afirmou que o imigrante poderia se tornar proprietário se fosse “morigerado, sóbrio e laborioso”. Ou seja, trabalhar para os outros era uma condição para que mais tarde o imigrante pudesse trabalhar para si mesmo.

Assim, entende-se que os núcleos coloniais como os do Espírito Santo e dos estados do Sul, também foram vitrinas propositalmente organizadas para demonstrar que tornar-se proprietário era uma possibilidade, pois os imigrantes enviados a esses núcleos passaram longos anos pagando pela terra recebida do Governo, sendo que muitos não conseguiram e tiveram as mesmas terras transferidas para outros colonos. Somente com a crise do café é que antigos colonos tiveram a possibilidade de comprar sítios que haviam perdido a função econômica e cujo preço de mercadoria caíra.

Trabalho Livre, Mas Não Trabalho Assalariado

Na historiografia da imigração, é comum predominar as abordagens demográficas e econômicas, sobretudo aquelas relativas à superioridade natural e histórica do trabalho livre sobre o trabalho escravo. Sabe-se que o trabalho livre representa uma transformação histórica profunda na relação entre trabalho e o conjunto social e que essas transformações representam um avanço no sentido de libertar o homem e sua consciência de carências de liberdade por meio da realização de sua obra. Porém, afirmar que o escravo foi substituído pelo trabalhador assalariado é um pensamento equivocado, pois isso representaria um enorme salto para o qual a economia brasileira não estava preparada.

Vasconcellos (2012) recorda que o elemento imaginário instituinte da vida no Brasil Colônia foi formado a partir de uma percepção do trabalho como elemento do mundo dos escravos e, assim, indigno para os considerados “de posse”. Ressaltando que a lógica do trabalho estava muito distante daquela que estava sendo estruturada nas sociedades reformadas da Europa e nas colônias da América do Norte.

Martins (2003) destaca que muitos interpretam trabalho livre como sinônimo de trabalho assalariado, mas que não foi isso que aconteceu no país, pois antes que o trabalho assalariado dominasse as relações de trabalho no campo, o regime de colonato também representou uma tentativa de evitar os custos e problemas do trabalho assalariado e do mercado livre de trabalho.

O regime de colonato representava uma híbrida combinação de resquícios de relações servis

e de condição camponesa com prenúncios de trabalho assalariado já que, no geral, os ganhos monetários nessa relação de trabalho eram proporcionalmente pequenos, motivo inclusive de reiterados protestos das autoridades italianas, as quais queriam ver seus emigrados enviando dinheiro para os familiares na Itália, assegurando assim um fluxo de renda para a economia italiana, como acontecia com os que foram para os Estados Unidos e para a Argentina (MARTINS, 2003).

Chama a atenção também o fato de que a documentação histórica demonstra que a adaptação desse imigrante ao novo país significava sujeição, submissão às condições de mando e de obediência à forma de organização do trabalho, baseada na autoridade local. Assim, portugueses eram rejeitados, porque demonstravam mais aptidão para o comércio do que para a prática da agricultura; alemães eram considerados muito autônomos e pouco propensos à obediência; e o italiano do norte, sobretudo da região do Vêneto, eram preferidos por serem oriundos de região onde ainda predominava as relações de trabalho com características de submissão feudal e forte atuação do catolicismo ultramontano, sendo que os casados e com família eram preferidos aos solteiros sozinhos.

Observa-se assim a formulação de um estereótipo seguro do trabalhador com relações de dependência da família e da religião que contribuíssem para frear a mobilidade do imigrante e sua capacidade de reivindicação, em um quadro de pessoas já mergulhadas em relações sociais que as obrigavam à sujeição e à dependência, tornando-as vulneráveis e frágeis ao estilo senhorial de dominação tanto dos fazendeiros, como dos governos locais.

Martins (2003) constata que, dessa forma, se definia um peculiar mercado de trabalho: nele, não operava plenamente a regra da força de trabalho equivalente à mercadoria, mas, sim, uma força de trabalho livre, sujeitada a vínculos de dependência tradicionais que tornavam o mercado, em grande parte, uma ficção, demonstrando que, no Brasil, a grande transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi, na verdade, um notável experimento de reinvenções de formas arcaicas de exploração do trabalho, na tentativa de frear uma radical e rápida transição para a forma mais elaborada e típica do trabalho livre que é o trabalho propriamente assalariado, integralmente remunerado em dinheiro.

Brasil: a Terra da Promissão

Martins (2003) conduz ao pensamento crítico de que o grande interesse em relatar os elementos factuais da imigração italiana para o Brasil acabou por colocar em segundo plano um dos seus aspectos mais importantes: o imaginário. Para compreender esse raciocínio, diz que é necessário começar por refletir o quanto representava sair do calor afetivo da família na aldeia de origem, deixar uma vida de hábitos e costumes arraigados, de certezas definitivas, e lançar-se na aventura de emigrar para um local distante e desconhecido, deixando do outro lado do oceano a pátria originária. Buscava-se muito, mas igualmente também se perdia muito: familiares, amigos, compadres, lugares e recordações.

Durante a longa viagem de navio em condições quase sempre precárias de acomodação e alimentação, na mescla de incertezas e esperanças, pode-se inferir que o viajante contemplava

o horizonte e se entregava à imaginação de como seria o local de destino, os cenários, as pessoas e situações, recriando-se no mundo imaginário que o arrastava e prendia na viagem. Era uma forma de sobreviver no mar de mudanças que os conduzia a um mundo desconhecido nos trópicos, e por isso, era tão solicitada por esses migrantes a companhia dos cardeais católicos durante a viagem, de modo que pudessem alimentar suas almas com palavras de ânimo, conforto e resignação. São emoções que tiveram nesse povo tão grande significado que, por gerações seguintes, seus descendentes ainda ouviam dos bisavós e avós as narrações detalhadas das experiências vivenciadas na saída da pátria e chegada à nova terra, conforme se constata na transcrição do depoimento de Benjamin Falchetto no livro *Memórias Camponesas*:

A *nona* Arcangela contava que lá na Itália eles eram muito pobres e trabalhavam para senhores proprietários que eles nem conheciam, que ficavam na cidade e eles trabalhavam no campo. E como paga eles recebiam o suficiente pra manutenção da família. Coisa muito modesta, muito simples mesmo. Aí resolveram vir para o Brasil em busca de uma vida melhor. Contavam que aqui era a Terra da Promissão e eles vieram com destino a São Paulo, que era um estado onde a cafeeira era bastante desenvolvida. E foram jogados aqui no Espírito Santo. Não sei o motivo por que eles desembarcaram aqui. Eles receberam uma colônia de terra de 25 hectares por família, algumas ferramentas, e aí se instalaram no meio da mata, em Alfredo Chaves, numas terras muito improdutivas. Passaram uns anos magros lá, terríveis, passaram fome até, porque não tinham como produzir alimentos. Eles sobreviviam trabalhando a jornal [trabalhando a jornada/diária], tirando dormentes nas matas para a estrada de ferro. Transportavam os dormentes até perto da linha de ferro, nas costas ou no lombo de burro, pra ganhar algum trocadin, serravam tábuas a braço. Passados alguns anos eles descobriram as terras férteis aqui de Venda Nova. Primeiro vieram verificar se as terras eram boas, produtivas, aí mudaram pra cá, no meio da mata (LAZARRO; COUTINHO; FRANCESCHETTO, 1992, p. 95).

Martins (2003, p. 55) conta que, na frente da Matriz Velha de São Caetano do Sul no subúrbio de São Paulo, foi colocada, em 1927, uma placa de mármore em homenagem ao cinquentenário da chegada dos primeiros imigrantes italianos ao antigo núcleo, onde se lê: “Aos destemidos precursores que das itálicas terras a estas regiões aportados com indômita pujança abriram o caminho ao hodierno progresso”. O autor acredita que essas palavras demonstram a mentalidade do imigrante transmitida a seus filhos e descendentes, contendo duas concepções numa só ideia: a coragem do imigrante como protagonista de uma nova era.

Destaca também que outros aspectos podem ser observados no breve texto, como: 1) eram originários das itálicas terras, ou seja, ressaltam a importância de uma terra com história; 2) não é dito que foram recrutados e subjugados por aliciadores mercenários, mas, sim, que aportaram, como se em vez de terem sido desembarcados, tivessem eles próprios conduzidos a navegação às terras brasileiras e dessa forma conduzido também os próprios destinos; e 3) uma vez sendo senhores dos seus destinos, eram também senhores de suas histórias, abrindo

caminho para começar o que viria depois: o progresso. O texto não demonstra um imigrante objeto, mas sujeitos senhores de um projeto – o projeto que seria a história moderna do Brasil.

Em sua interpretação, Martins explica que a placa diz ainda hoje não o que aconteceu, mas o que o imigrante imaginou que acontecera e que o que imaginou era completamente distanciado da realidade incerta, difícil e pobre dos primeiros tempos. Esse imaginar que permanece nas concepções dos descendentes dos colonos italianos transformou-se numa lógica de interpretação da trajetória ao longo das gerações, tratando-se de ideias matrizes que definem um modo do imigrante e de seus descendentes reconstituírem a sua própria história e a si próprios, em um processo do qual foram e são protagonistas, identificando-se como agentes históricos, autores da história social.

Martins (2003) busca a reflexão de que o trabalho livre só seria viável por meio de uma ideologia do trabalho livre, de um imaginário do trabalho que fizesse a ligação subjetiva entre a concepção geral do progresso, a qual começava a dominar a sociedade brasileira, e a possibilidade do progresso pessoal. Assim, acredita que, como consequência, havia também a necessidade de criar mecanismos sociais e, sobretudo, a percepção desses mecanismos de modo que assegurassem a certeza de que a possibilidade da igualdade, por meio do labor na terra estava aberta para todos, ricos e pobres.

Buscando-se o rebatimento dessas reflexões no Espírito Santo, observa-se que a bandeira do Estado (Figura 1), criada em 1908 por Jerônimo Monteiro, então presidente da Província, é composta por três faixas horizontais de mesmo tamanho nas cores azul, branco e rosa, simbolizando as cores das vestes de Nossa Senhora da Vitória, padroeira da Capital, demonstrando a estreita ligação que continuava a existir entre Governo e religião católica, apesar da Proclamação da República ter ocorrido em 1890 e declarado o Estado como laico. Ao centro da segunda faixa, um arco em letras azuis traz o lema “TRABALHA E CONFIA”. Esse lema foi inspirado na doutrina de Santo Inácio de Loyola, fundador da ordem religiosa Companhia de Jesus: “Trabalha como se tudo dependesse de ti e confia como se tudo dependesse de Deus” (ESPÍRITO SANTO, acesso em: 23 maio 2011).

Figura 1 - Bandeira do Estado do Espírito Santo



Fonte: Espírito Santo (acesso em: 23 maio 2011)

Jerônimo Monteiro é lembrado por seu espírito empreendedor, pois, em seu governo, destacou-se a modernização da administração, a urbanização da Capital e o desenvolvimento do interior. Dessa forma, infere-se que o raciocínio de Martins, de que o trabalho livre só seria viável por meio de uma ideologia do trabalho livre, de um imaginário do trabalho que fizesse a ligação subjetiva entre a concepção geral do progress, e a possibilidade do progresso pessoal, e que como consequência havia também a necessidade de criar mecanismos sociais e, sobretudo, a percepção desses mecanismos de modo que assegurassem a certeza de que a possibilidade da igualdade por meio do labor na terra estava aberta para todos, ricos e pobres, também se verificou no Espírito Santo.

Imigração Italiana e Sua Relação Para a Criação de Um Imaginário da Cultura do Trabalhador Peculiar

Continuando a leitura em Martins (2003), o autor lembra que os imigrantes vindos para o Brasil tinham a esperança de reconstituir e preservar aqui o modo de vida camponês que se transformava e desaparecia na Itália, demonstrando uma orientação de vida de natureza conservadora e, portanto, oposta ao que naquela época já era concebido como progresso. Dessa forma, observa que a interpretação da história decorre da ideia de uma retrospectiva que ganha sentido do futuro para o passado, da frente para trás, e, nessa perspectiva, até o momento da chegada do imigrante, a história tendia à nulificação da ação do homem, à desertificação do espaço. Entende que a história que se desenrola até então é um tipo de história em negativo com tudo o que o não imigrante (o português) fez e fizera, materializando-se na desconstrução de sua própria história, no oposto daquilo que o imigrante (italiano e alemão) fará na mesma terra e no mesmo cenário.

Faz também refletir que, em relação ao longo período que antecede a chegada do imigrante, as palavras que dominam na narrativa histórica nacional são: “deserto” no lugar de “cultura” (inclusive de agricultura), “devoluta” no lugar de “propriedade”, “contemplação” no lugar de “produção”, “abandono” no lugar de “povoamento” e “decadência” no lugar de “progresso”. A partir da chegada do imigrante, a história passa a ser explicada pela inversão desse vocabulário, pela mudança da ênfase da palavra negativa. Por meio de um jogo de palavras e de ênfases negativas e positivas, o sentido da história revela-se como atributo de pessoas: as que padecem a história e as que fazem a história.

O que Martins busca destacar é que o país passava por um processo de constantes mudanças e que a chegada desses imigrantes é fruto de um projeto muito mais articulado e amplo de progresso da nação, sendo que esses imigrantes eram os instrumentos de mão de obra necessários à continuidade do projeto, mas que foram conduzidos a acreditarem na ideia (e perpetuá-la) de que foram os próprios quem visualizaram e iniciaram o processo.

Tal reflexão, somada à constatação de Martins de que, no monumento de São Caetano do Sul, o significado do que se celebra não foi o centro da realidade do imigrante – o trabalho –, despertou-se a curiosidade por conhecer o significado da concepção do Monumento ao Imigrante Italiano (Figura 2), situado na Avenida Américo Buaiz, próximo à entrada

da Ilha do Boi em Vitória e inaugurada em junho de 2000. A obra arquitetônica, projeto da arquiteta Sheila Basílio e fruto da parceria entre poder público e sociedade empresarial (Prefeitura de Vitória, Companhia Siderúrgica de Tubarão – CST e o empresário Bruno Zanetti), foi erguida na Praça da Itália, local que recebeu essa denominação em 1992 (VITÓRIA, acesso em: 23 maio 2011).

Figura 2 - Monumento ao Imigrante Italiano



Fonte: Vitória (acesso em: 23 maio 2011)

A obra, constituída por dois obeliscos em granito verde, com 30 metros de altura, que se aproximam de forma gradual até se tocarem suavemente no topo, transformou o monumento num marco urbano da Capital, podendo ser vista à distância e a partir de diversas perspectivas, buscando mais do que destacar, deixar marcado de forma simbólica a importância da cultura italiana na formação do povo capixaba, pois, em sua placa, lê-se que seus dois obeliscos representam esses dois povos, demonstrando que a distância geográfica não foi uma barreira para a integração cultural:

Memória

Dois obeliscos se elevam ao céu e se aproximam gradualmente, até quase se tocarem, insinuando que a distância física entre o Espírito Santo e a Itália não foi obstáculo para a integração das duas culturas. Formam um pórtico no sentido mar-terra lembrando historicamente o movimento migratório. O granito, riqueza natural comum aos dois povos, representa a força da terra presente em sua economia. A concepção vertical faz do monumento um marco urbano de Vitória, transformando a Praça da Itália em uma referência para nossa capital (BASÍLIO, 2011).

Na placa, há bem mais palavras que na de São Caetano do Sul, mas demonstra ser a mentalidade do imigrante transmitida a seus filhos e descendentes no Espírito Santo: a integração cultural entre os dois povos e a terra que conduz à prosperidade. Também se nota que a homenagem feita num local de alta valorização imobiliária demonstra, de uma forma simbólica, como o poder público e a elite local desejam se vincular a essa imagem

mítica do imigrante italiano: em sua dimensão valorativa, relacionada à religião e à moral. Dadalto (2008) acredita que a história contada por italianos a seus descendentes, somada à literatura sobre o tema e à divulgação na sociedade das ações realizadas pelos imigrantes, contribuíram para cristalizar o mito da italianidade na identidade capixaba.

Nota-se também uma narração poética na exaltação à memória desse povo imigrante, mas, nas leituras realizadas em Azzi (1987) e em Colbari (1998), observa-se que essa integração não aconteceu de forma tão simples e rápida assim, pois muitos obstáculos foram impostos tanto pelo capixaba nativo como pelo Clero local e Governo da Província; e que a terra não ofereceu uma prosperidade tão fácil e breve, por causa dos interesses capitalistas envolvidos no processo, sendo fruto de muito trabalho de domingo a domingo, de sol a sol, até que se conseguisse juntar o dinheiro necessário para adquiri-la.

Para os ideólogos do progresso, o binômio “imigrante-pequena propriedade” tornou-se o ponto chave de seus pensamentos e de seus programas, pois Grosselli (2008) acredita que a mais forte razão pela qual se atraíram imigrantes e se criou núcleos de pequenas propriedades foi o objetivo de conseguir a valorização de terras desocupadas, cobertas de florestas e, muitas vezes, bem acidentadas, como aconteceu na encosta da serra do Rio Grande do Sul, no vale do Itajaí e no vale do Rio Doce, no Espírito Santo, para citar apenas algumas áreas. Fato exemplificado na transcrição do depoimento de Aldir Cesatti no livro *Memórias Camponesas*:

Eles contava [avós maternos e paternos] que nos primero tempo aqui a situação foi difíci. O Governo deu essas terá, mais quando entrava nas terá, por exemplo, uma família pegava o moro ali. Entón um era dono da vertente pra cá. Otro era dono da vertente pra lá. E diz eles que foi muito difíci. Precisava ficá derrubando mata, quemando, plantando dentro das mata... dentro daquelas pausama, e foi difíci até eles conseguí alguma coisa. Costumado lá fora, e aqui nem animal, nem estrada non tinha, caregando tudo nas costa. Você imagina há 50 anos passado, isso aqui. Aqui era só picada. E olha que eu já cheguei aqui com 9 ano. Imagina meu avô quando foi lá pra Alfredo Chave... Aí pros lado de São Paulo de Aracê era tudo umas picada pelo meio dos mato. Aqui só tinha uma abertazinha e meu pai veio como colono contratista. Panhô por 6 ano pra trabalhá. Era uma abertazinha de um meio alqueire, foi meu pai que abriu tudo isso aqui (LAZARRO; COUTINHO; FRANCESCETTO, 1992, p. 68).

Martins (1973) diz que a migração compreende três fases: a primeira é a motivação para migrar, ou seja, as necessidades e disposições que levam as pessoas a saírem de um lugar para outro; a segunda é a transição física da sociedade original para a nova; e a terceira é a assimilação dos imigrantes pelo esquema social e cultural da nova sociedade, formando um novo complexo de subjetividades, pois o sujeito se dessocializa e se ressocializa, estabelecendo relações sociais no interior da sociedade de adoção em virtude dos papéis que nela passa a desempenhar. Assim, o imigrante reelabora a sua autoimagem e reformula a sua personalidade.

Vasconcellos (2012) ressalta que não se pode deixar de considerar que a escravidão humilha e sacrifica o trabalhador, não o dignificando, nem criando instituições imaginárias em que o

trabalho possa ocupar lugar de relevância positiva em sua vida. Nas sociedades escravocratas, o ócio era a marca de *status* dos “bem-nascidos”. Em contraponto, as famílias dos imigrantes italianos tinham o trabalho como elemento fundador e promissor, sendo ele, junto com a religião, o fator de união dessas famílias. O autor explica assim que, no Espírito Santo, foi formulada uma cultura do trabalho, mesmo que baseada na ética Católica, ao contrário de algumas teses clássicas como a de Weber, as quais associam a busca da prosperidade por meio do trabalho à ética Protestante.

Compreende-se então que a migração não é apenas a passagem de uma localidade geográfica para outra, mas, sim, que consiste na transição do sujeito (sozinho ou em grupo) de uma sociedade para outra que fornece como referências normas de comportamento apoiadas num sistema de valores. Pois se é verdade que o imigrante italiano pode ser compelido a deixar a sua sociedade de origem em decorrência de atitudes divergentes ou de algum tipo de inadequação (pessoal, social ou econômica), é também verdade que suas concepções estão referidas a um tipo de sociedade brasileira que é a que operou na elaboração de sua identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central deste artigo foi o de compreender o papel desempenhado pela Igreja Católica na elaboração do modelo de imigrante ideal que poderia ser instrumentalizado para ampliar e consolidar a religião, buscando entender como se deu o processo de formação de uma cultura do trabalho peculiar nas cidades capixabas colonizadas por imigrantes italianos. Entendeu-se, no decorrer do estudo, que os propósitos políticos de povoamento e de formação do mercado de trabalho estavam cimentados por outra questão: a intenção da manutenção da ascendência da Igreja Católica sobre a maioria populacional do país e, também, da manutenção de sua influência junto à oligarquia.

Em Azzi (1993), compreendeu-se que, em relação ao Brasil, todos os projetos de colonização por meio da imigração europeia estavam intrínsecos à tese da sua superioridade sobre a população nativa, sendo esta a condição indispensável para o desenvolvimento do país. O autor destaca que, embora os imigrantes italianos fossem em sua imensa maioria provenientes de áreas rurais, em grande parte analfabetos e tendo vivido na Europa em situação de pobreza e marginalização social, mantiveram, em geral, bastante arraigado o preconceito da superioridade europeia, pois não apenas se consideravam como trabalhadores mais laboriosos e de maior qualificação profissional que os brasileiros como também julgavam a sua prática da fé católica como mais autêntica do que a dos nativos.

Azzi chama atenção para o fato de que o conceito de superioridade cultural e religiosa, típico do projeto de expansão colonialista europeu, era alimentado, em grande parte, pelos próprios missionários que os acompanhavam com a finalidade de oferecer a necessária assistência religiosa no processo de transição de pátria e que esse movimento foi denominado como catolicismo de imigração, tendo como base os princípios ultramontanos. Autores diversos como Colbari (1998), Grosselli (2008), Pandolfi (2012) e Vasconcellos (2012) concordam

com a tese de que o sustentáculo mais importante na vida dos primeiros imigrantes italianos não foi nem a cultura, nem a língua pátria, e, sim, a religião.

Martins (2003) destaca que a documentação histórica demonstra que a adaptação desse imigrante ao novo país significava sujeição, submissão às condições de mando e de obediência à forma de organização do trabalho, baseada na autoridade local. Assim, portugueses eram rejeitados, porque demonstravam mais aptidão para o comércio do que para a prática da agricultura; alemães eram considerados muito autônomos e pouco propensos à obediência; e o italianos do norte, sobretudo da região do Vêneto, eram preferidos por serem oriundos de região onde ainda predominavam as relações de trabalho com características de submissão feudal e forte atuação do catolicismo ultramontano, sendo que os casados e com família eram preferidos aos solteiros sozinhos.

Observou-se assim a formulação de um estereótipo seguro do trabalhador com relações de dependência da família e da religião que contribuísem para frear a mobilidade do imigrante e sua capacidade de reivindicação, em um quadro de pessoas já mergulhadas em relações sociais que as obrigavam à sujeição e à dependência, tornando-as vulneráveis e frágeis ao estilo senhorial de dominação tanto dos fazendeiros como dos governos locais.

Dessa forma, constatou-se que a imigração estrangeira para o Brasil, e especificamente para o Espírito Santo, estava apoiada simbolicamente na possibilidade de ascensão do trabalhador à condição de proprietário da terra. Pois o sistema de escravismo causou um descompasso entre a reprodução da força de trabalho e a expansão do sistema econômico, o que conduziu ao estrangulamento da economia colonial, exigindo a criação de um mercado de trabalho que atendesse aos interesses capitalistas em desenvolvimento. O imigrante italiano foi, assim, o agente humano da realização da ideologia da transformação do trabalhador em proprietário, moldado, nesse processo, pela atuação da Igreja Católica com fundamentos ultramontanos.

Entende-se que o artigo apresentado agrega à literatura científica, pois são poucos os estudos elaborados sobre a temática da influência da religião nos processos de imigração. Pode-se demonstrar como a organização e a cultura da Igreja têm sido condicionadas pela sociedade ambiente, e em que medida certos elementos estruturais e culturais da sociedade se situam na dependência da Igreja, de sua instituição e de sua doutrina.

Também, neste estudo multidisciplinar, buscou-se contribuir com as investigações das marcas deixadas pela imigração italiana na sociedade capixaba, as quais propiciaram a organização da vida produtiva após o período de transição da mão de obra escrava para a livre e que lançaram as bases para o desenvolvimento de pequenas, médias e grandes empresas chefiadas por famílias de descendentes.

NOTA

1 Submetido à RIGS em: dez. 2018. Aceito para publicação em: set. 2019.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Maurício de. A implantação da República e a Igreja Católica no Brasil e em Portugal: o caso das congregações femininas portuguesas em diáspora (1911-1921). **Revista Brasileira de Histórias das Religiões**, v. 4, n. 10, p. 215-232, jun. 2011. ISSN: 1983-2850. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30390>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

AZZI, Riolando. **A igreja e os migrantes: a imigração italiana e os primórdios da obra escalabriniana no Brasil (1884-1904)**. São Paulo: Paulinas, 1987. 1 v.

AZZI, Riolando. O catolicismo de imigração. In: DREHER, M. N. (Org.). **Imigrações e história da Igreja no Brasil**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1993.

BASÍLIO, Sheila. Arquivo pessoal. 2011.

CALIMAN, Nara F. **Uma Itália que não existe na Itália: as configurações da tradição no contexto da modernidade em Venda Nova do Imigrante - ES**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

CALIMAN, Nara F. Tradição italiana e modernidade: a Organização da Festa da Polenta em Venda Nova do Imigrante. **RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v.1, n. 2, p. 115-137, maio/ago. 2012. ISSN: 2317-2428. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/10063>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

COLBARI, A. Família e trabalho na cultura dos imigrantes italianos. In: CASTIGLIONI, Aurélio H. (Org.). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória: EDUFES, 1998.

DADALTO, M. C. O discurso da italianidade no ES: realidade ou mito construído?. **Pensamento Plural**. Ano 2, n.3, p.147-166, jul./dez.2008. ISSN: 2238-4642. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3746>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Bandeira**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/site/governo/bandeira.aspx>>. Acesso em: 23 maio 2011.

GROSSELLI, Renzo M. **Colônias imperiais na terra do café: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

LAZARRO, Agostino; COUTINHO, Gleci Avancini; FRANCESCHETTO, Cilmar. **Lembranças camponesas: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante**. Vitória: [s.n.],1992.

MANOEL, I. A. Origens do tradicionalismo católico: um ensaio de interpretação. **Revista Brasileira de Histórias das Religiões**, v. 6, n. 16, p. 7-33, maio 2013. ISSN: 1983-2850.

Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/23504>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MARTINS, José de Souza. **O imaginário na imigração italiana**. São Caetano do Sul, SP: Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul, 2003. Série Cadernos de História 2.

NICOLI, S.; GENOVEZ, P. F.; SIQUEIRA, Sueli. Imigração, memória e território: os descendentes de imigrantes italianos da microrregião de Aimorés/MG. **Revista História & Perspectivas**, Ano 12, v. 26, n. 49, p. 371-406, jul./dez. 2013. ISSN: 2176-4352. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/24991>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

PANDOLFI, R. A força da imigração italiana na construção de uma cultura empresarial. **RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v.1, n. 2, p. 91-111, maio/ago. 2012. ISSN: 2317-2428. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/10062>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

SALLES, Flavia. **Ética católica e cultura do trabalho**: uma reflexão sobre a imigração italiana no Estado do Espírito Santo. 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

SANTOS, L. B. D. Disputa pelo sagrado em Goiás em fins do século XIX: o catolicismo oficial dos bispos ultramontanos e o catolicismo popular dos leigos. **RBHR – Revista Brasileira de História das Religiões**, Ano 1, v. 1, n. 56, p. 347-380, jan. 2009. ISSN: 1883-2850. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/26687>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

SOUZA, W. D. de. **Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante**. Das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

VASCONCELLOS, J. G. M. A construção do elemento sócio-histórico na cultura das empresas capixabas. **RIGS – Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v.1, n. 2, p. 13-33, maio/ago. 2012. ISSN: 2317-2428. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/10060>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

VASCONCELLOS, J. G. M; DAVEL, E. P. B. (Org.). **Inovações organizacionais e relações de trabalho**: ensaios sobre o Espírito Santo. Vitória: EDUFES, 1998, vol. 17.

VASCONCELLOS, J. G. M. **A invenção do coronel**: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro. Vitória: EDUFES, 1995.

VENDRAMEA, Maíra Inês; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Imigrantes italianos no Brasil meridional: práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 40, n. 1, p. 128-149, jan./jun. 2014. ISSN: 0101-4064.

Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/172>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

VITÓRIA (Município). **Monumento representa capixabas e italianos**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/turismo.php?pagina=imigranteitaliano>>. Acesso em: 23 maio 2011.

WERNET, Augustin. **A igreja Paulista no século XIX**. São Paulo: Ática, 1987.

**Flavia Salles
Nunes Pereira**

Mestra em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Especialista em Gestão de Marketing e Vendas pela FAESA. Professora universitária, instrutora de cursos no SENAC/ES e coordenadora do Curso Técnico em Administração na SEDU/ES.

**João
Gualberto
Moreira
Vasconcellos**

Professor Emérito na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Professor Pesquisador Associado da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-Doutor em Gestão Social pela UFBA, Doutor em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, França), Mestre em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC Rio), Especialista em Planejamento Governamental pelo Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE) e Graduado em Administração pela UFES. Foi Sócio Diretor do Instituto de Pesquisa Futura e Secretário de Estado da Cultura do Governo do Espírito Santo.

**Ricardo
Roberto Behr**

Professor titular na Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Possui Pós-doutorado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Doutorado em Engenharia de Produção e Especialização em Administração Pública pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; Mestrado em Estratégia e Organização e Bacharelado em Administração Pública e de Empresas pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Foi coordenador de cursos de graduação e de especialização, chefe do departamento de Administração e coordenador do PPGADM na UFES. Também foi secretário de inclusão social, ouvidor geral e autoridade de monitoramento e implantação da Lei de Acesso à Informação na UFES. É avaliador do INEP e tem artigos publicados em congressos e periódicos nacionais e internacionais.